

Alerta Legislação nº 39, de 24 a 29 set. 2018

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

Visite nosso endereço na Internet e conheça
outros produtos da Biblioteca:

<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

DESTAQUES

Governo Federal

■ **LEI Nº 13.715, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018**

Altera o [Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940](#) (Código Penal), a [Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990](#) (Estatuto da Criança e do Adolescente), e a [Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002](#) (Código Civil), para dispor sobre hipóteses de perda do poder familiar pelo autor de determinados crimes contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar ou contra filho, filha ou outro descendente.

■ **LEI Nº 13.718, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018**

Altera o [Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940](#) (*), para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, tornar pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelecer causas de aumento de pena para esses crimes e definir como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro correativo; e revoga dispositivo do [Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941](#) (**)

(*)Código Penal.

(**)Lei das Contravenções Penais.

■ **DECRETO Nº 9.508, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018**

Reserva às pessoas com deficiência percentual de cargos e de empregos públicos ofertados em concursos públicos e em processos seletivos no âmbito da administração pública federal direta e indireta.

■ **DECRETO Nº 9.507, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018**

Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

PUBLICAÇÃO
DOU

SUPERIOR

28/10/2018 Edição Extra	<u>DECRETO Nº 9.515, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018</u> Altera o Decreto nº 9.276, de 2 de fevereiro de 2018, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2018.
28/09/2018	<u>LEI Nº 13.720, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018</u> Autoriza o Poder Executivo a doar 25 (vinte e cinco) Viaturas Blindadas de Combate - Carros de Combate (VBCCC) M41 para a República Oriental do Uruguai. <u>DECRETO Nº 9.514, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018</u> Altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016. <u>DECRETO Nº 9.513, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018</u> Altera o Decreto nº 27.048, de 12 de agosto de 1949, que aprova o regulamento da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, que dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos feriados civis e religiosos. <u>DECRETO Nº 9.512, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018</u> Extingue órgãos colegiados relativos à Copa do Mundo FIFA 2014 e aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, e revoga os Decretos que dispõem sobre o assunto.
27/09/2018	<u>DECRETO Nº 9.511, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018</u> Altera o Decreto nº 8.616, de 29 de dezembro de 2015 (*), e dá outras providências. (*)Regulamenta o disposto na Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, e no art. 2º da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e dá outras providências. *Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal; dispõe sobre critérios de indexação dos contratos de refinanciamento da dívida celebrados entre a União, Estados, o Distrito Federal e Municípios; e dá outras providências. <u>DECRETO Nº 9.510, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018</u> Promulga o Acordo de Cooperação no Domínio da Educação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Irlanda, firmado em Dublin, em 24 de novembro de 2010. <u>DECRETO Nº 9.509, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018</u> Promulga o Acordo-Quadro de Cooperação no Domínio Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Eslovênia, firmado em Liubliana, em 20 de setembro de 2011.
26/09/2018	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 853, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018</u> Reabre o prazo de opção para o regime de previdência complementar de que trata o § 7º do art. 3º da Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012 (*). (*) Institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, inclusive os membros dos órgãos que menciona; fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal; autoriza a criação de 3

	(três) entidades fechadas de previdência complementar, denominadas Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe), Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Legislativo (Funpresp-Leg) e Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud); altera dispositivos da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004; e dá outras providências.
25/09/2018	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 852, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018(*) REPUBLICAÇÃO</u> Dispõe sobre a transferência de imóveis do Fundo do Regime Geral de Previdência Social para a União, sobre a administração, a alienação e a gestão dos imóveis da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, extingue o Fundo Contingente da Extinta RFFSA - FC e dispõe sobre a gestão dos imóveis da União. <u>LEI Nº 13.718, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018</u> Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (*), para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, tornar pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelecer causas de aumento de pena para esses crimes e definir como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo; e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (**) (*)Código Penal. (**)Lei das Contravenções Penais. <u>LEI Nº 13.717, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018</u> Altera a Lei nº 13.109, de 25 de março de 2015 (*), para modificar o prazo da licença-paternidade do militar, no âmbito das Forças Armadas. (*) Dispõe sobre a licença à gestante e à adotante, as medidas de proteção à maternidade para militares grávidas e a licença-paternidade, no âmbito das Forças Armadas. <u>LEI Nº 13.716, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018</u> Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (*), para assegurar atendimento educacional ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado. (*) Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. <u>LEI Nº 13.715, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018</u> Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre hipóteses de perda do poder familiar pelo autor de determinados crimes contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar ou contra filho, filha ou outro descendente. <u>DECRETO Nº 9.508, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018</u> Reserva às pessoas com deficiência percentual de cargos e de empregos públicos ofertados em concursos públicos e em processos seletivos no âmbito da administração pública federal direta e indireta.
24/09/2018	<u>DECRETO Nº 9.507, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018</u> Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e

	das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 50, DE 12 DE SETEMBRO DE 2018</u> (...) Art. 1º Alterar o Anexo da Instrução Normativa nº 19, de 16 de abril de 2018, para incluir as espécies animais aquáticas na forma do Anexo à presente Instrução Normativa. (...) <i>(*) As macroalgas foram incluídas para facilitar a busca da informação e por integrarem os organismos constantes da Lei 11.959/09 - que Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca e regula as atividades pesqueiras.</i> <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 49, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018</u> (...) Art. 1º Fica estabelecida em todo o território nacional a complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade de Suco e Polpa de Fruta, na forma desta Instrução Normativa. Parágrafo único. As normas estabelecidas nesta Instrução Normativa aplicam-se somente ao Suco e a Polpa de Fruta submetidos a processos industriais e destinados ao consumo humano como bebida ou ingrediente desta ou de outros alimentos. (...) SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA (SDA) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 36, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018</u> (...) Art. 1º O anexo da Instrução Normativa SDA/MAPA nº 30, de 27 de setembro de 1999, passa a vigorar com as seguintes alterações: " 8..... 8.5. Para fins de uso da informação nutricional complementar referente a valor energético ou açúcares, as bebidas não alcoólicas poderão ter seu conteúdo de açúcares normalmente adicionado, substituído inteiramente ou parcialmente por edulcorantes. 8.6. Os termos referentes aos atributos "baixo em açúcares" ou "reduzido em açúcares" no rótulo das bebidas com associação de edulcorantes e açúcares, previstos no art. 14-A do Decreto nº 6.871, de 2009, deverão ser escritos no painel principal do rótulo, com no mínimo 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes o tamanho da denominação da bebida, e deverão estar de acordo com os critérios para o uso de informação nutricional complementar estabelecido pela ANVISA na Resolução da Diretoria Colegiada nº 54, de 12 de novembro de 2012, que dispõe sobre o Regulamento Técnico sobre Informação Nutricional Complementar." (NR) (...) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 35, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018</u> (...) Art. 1º Ficam aprovados os procedimentos de reconhecimento de

	sistemas de inspeção sanitária e habilitação de estabelecimentos estrangeiros pelo Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - DIPOA/SDA/MAPA, na forma desta Instrução Normativa. (...) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 34, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018</u> (...) Art. 1º Ficam aprovados os procedimentos de autorização prévia de importação, de reinspeção e de controles especiais aplicáveis às importações de produtos de origem animal comestíveis pelo Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - DIPOA/SDA/MAPA, na forma desta Instrução Normativa. (...) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 30, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018</u> (...) Art. 1º Aprovar o Regulamento Técnico de Colheita de Amostras e Envio de Resultados de Controle e Qualidade Oficial de Produtos de Uso Veterinário. (...)
Ministério da Educação	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 991, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018</u> Dispõe sobre competências e atribuições relacionadas às ações emergenciais de preservação e restauração do patrimônio e do acervo do Museu Nacional. FUNDAÇÃO E COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR <u>PORTARIA Nº 219, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018</u> Institui e regulamenta o Programa de Fomento à Formação de Professores da Educação Básica (ProF Licenciatura)
Ministério da Fazenda (MF)	BANCO CENTRAL DO BRASIL (BC) <u>RESOLUÇÃO Nº 4.688, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018</u> Altera os Anexos I e II da Resolução nº 4.222, de 23 de maio de 2013 - Estatuto e Regulamento do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) <u>RESOLUÇÃO Nº 4.687, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018</u> Estabelece normas aplicáveis às operações do sistema de equalização de taxas de juros do Programa de Financiamento às Exportações (Proex). <u>RESOLUÇÃO Nº 4.686, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018</u> Ajusta normas para formalização das operações de crédito rural, de que trata o MCR 3-1; da linha de Crédito de Investimento para Agregação de Renda (Pronaf Agroindústria), ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), de que trata o MCR 10-6; e do Programa de Incentivo à Irrigação e à Produção em Ambiente Protegido (Moderinfra), de que trata o MCR

	13-3. <u>CIRCULAR Nº 3.914, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018</u> Altera as Circulares ns. 3.690 e 3.691, ambas de 16 de dezembro de 2013, para dispor sobre o ingresso de moeda estrangeira com valor em reais preestabelecido no exterior para direcionamento dos recursos a pessoas naturais, para dispor sobre as operações de troca de câmbio sacado por manual, para ajustar o modelo do contrato de câmbio celebrado com clientes e para acrescentar códigos relativos a operações de câmbio <u>CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA (CONFAZ)</u> <u>ATO Nº 18, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018</u> Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis. <u>ATO Nº 18, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018</u> Altera as Tabelas I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII e XIV anexas ao ATO COTEPE/ICMS 42/13, que divulga as margens de valor agregado a que se refere à cláusula oitava do Convênio ICMS 110/07, que dispõe sobre o regime de substituição tributária nas operações com combustíveis e lubrificantes, derivados ou não de petróleo, e com outros produtos. <u>SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB)</u> <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.834, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018</u> Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.598, de 9 de dezembro de 2015, que dispõe sobre o Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.832, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018</u> Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.627, de 11 de março de 2016, e a Instrução Normativa RFB nº 1.704, de 31 de março de 2017, que dispõem sobre o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária instituído pela Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016 (*). <i>(*) Dispõe sobre o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT) de recursos, bens ou direitos de origem lícita, não declarados ou declarados incorretamente, remetidos, mantidos no exterior ou repatriados por residentes ou domiciliados no País.</i>
Ministério da Justiça	<u>ARQUIVO NACIONAL (AN)</u> <u>PORTARIA Nº 293, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018</u> Dispõe sobre os critérios e os procedimentos para o acompanhamento dos processos de registro para o exercício da atividade de microfilmagem de documentos no âmbito das competências do Arquivo Nacional.
Ministério da Saúde (MS)	<u>FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE (FUNASA)</u> <u>PORTARIA Nº 5.598, DE 12 DE SETEMBRO DE 2018(*)</u> (...) Art. 1º. Estabelecer os critérios e os procedimentos para transferência de recursos financeiros das ações de saneamento e de saúde ambiental custeadas pela Funasa, mediante Convênio, Termo de Compromisso ou Termo de Execução Descentralizada, conforme especificado nesta Portaria.

	(...)
Ministério das Cidades (MCidades)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 25, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018</u> Dá nova redação à Instrução Normativa nº 47, de 22 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a alocação dos recursos do Orçamento Financeiro e Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), referente à área de Habitação Popular e demais operações, para o exercício de 2018, e dá outras providências <u>PORTARIA Nº 596, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018</u> Divulga propostas selecionadas para aquisição de imóveis com recursos advindos da integralização de cotas no Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). <u>PORTARIA Nº 597, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018</u> Divulga propostas habilitadas para a contratação de empreendimentos no âmbito do Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, para atendimento de famílias com renda familiar anual bruta de até R\$ 17.000,00 (GRUPO 1), e dá outras providências. <u>PORTARIA Nº 595, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018</u> Divulga propostas habilitadas para a contratação de empreendimentos com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social - FDS, no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, para atendimento de famílias com renda familiar mensal de até R\$ 1.800,00. CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN) <u>RESOLUÇÃO Nº 741, DE 17 DE SETEMBRO DE 2018</u> Altera a Resolução CONTRAN nº 729, de 06 de março de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014 e dá outras providências.
Ministério do Desenvolvimento Social	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA CONJUNTA Nº 3, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018</u> Dispõe sobre regras e procedimentos de requerimento, concessão, manutenção e revisão do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC.
Ministério do Meio Ambiente (MMA)	INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio) <u>PORTARIA Nº 827, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018</u> Aprova, nos termos e condições definidos no anexo da presente Portaria, o Plano de Manejo Florestal Sustentável Comunitário, que tem como detentora a Associação Comunitária Belém de Porto de Moz - ACBEM, para uma área total de manejo de 25.287,38 hectares, localizada no interior da Reserva Extrativista Verde para Sempre.

	(Processo nº 02121.002021/2017-75)
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais	CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN) <u>RESOLUÇÃO Nº 586, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018</u> Estabelece normas para a restituição de receita no Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem.
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
26/09/2018	<u>DECRETO Nº 63.725, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018</u> Institui, junto à Casa Civil, do Gabinete do Governador, Grupo de Trabalho destinado ao estudo de ações e à identificação de medidas que visem a valorização e proteção sociocultural do futebol de várzea, no âmbito do Estado de São Paulo
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Administração Penitenciária (SAP)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SAP - 111, DE 28-9-2018</u> Constitui Grupo de Trabalho com o fim de alterar e atualizar a Resolução SAP 69 de 31-03-2010, que disciplina o credenciamento de entidades religiosas e organizações não governamentais, e de seus representantes, nas unidades do sistema penitenciário
Casa Civil (CC)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO CC-4, DE 24-9-2018</u> Designa Gestor Executivo das ações, dos projetos e das atividades aprovadas no âmbito do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, implementados no Estado de São Paulo
Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI)	CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA (CEETEPS) <u>INSTRUÇÃO CESU-2, DE 21-9-2018</u> Dispõe sobre os procedimentos para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional e do Relatório Anual de Atividades das Faculdades de Tecnologia – Fatecs do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – Ceeteps
Direitos da Pessoa com	GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) <u>RESOLUÇÃO SEDPCD - 10, DE 28-9-2018</u>

Deficiência (SEDPcD)	Institui Comissão de Seleção para o Edital de Chamamento Público SEDPcD 03 /2018, cuja finalidade é a seleção de proposta para a celebração de parceria do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SEDPcD, com Organização da Sociedade Civil, mediante formalização de termo de colaboração
Educação (SE)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SE 59, DE 27-9-2018</u> Dispõe sobre a aplicação de provas relativas ao Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo - Saresp/2018
Fazenda (SF)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SF 105, DE 27-09-2018</u> Dispõe sobre a implantação gradual do sistema de Classificação dos Contribuintes do ICMS, previsto no artigo 5º da Lei Complementar 1.320/2018, para execução do Programa de Estímulo à Conformidade Tributária - "Nos Conformes" <u>RESOLUÇÃO SF 104, DE 26-09-2018</u> Divulga o valor da Receita Corrente Líquida acumulada de agosto de 2017 a julho de 2018 COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA (CAF) <u>COMUNICADO</u> GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A AGOSTO DE 2018 - 4º BIMESTRE: JULHO - AGOSTO (...) <u>PORTARIA CAF-G 00020, DE 27-09-2018</u> (...) Art. 1º - Os vencimentos, salários e proventos dos servidores ativos e inativos do Poder Executivo, referente ao mês de SETEMBRO/2018 cujo processamento está afeto ao Departamento de Despesa de Pessoal do Estado - DDPE estarão disponíveis na rede bancária obedecendo a seguinte escala: Dia 05-10-2018 - Celetistas, Órgãos subordinados ao Gabinete do Governador, Secretarias de Estado e Pensões Especiais. Art. 2º - O Departamento de Finanças do Estado – DFE transferirá os recursos financeiros aos Órgãos do Poder Executivo, incluídas a Administração Direta, Administração Indireta e Empresas, no dia útil imediatamente anterior ao disposto no artigo 1º, em conformidade com o disposto no artigo 3º da Portaria CAF-G 00027, de 02-10-2017. Art. 3º - Os créditos às entidades consignatárias, no âmbito do Poder Executivo e Autarquias, serão efetuados no dia 05-10-2018. (...) <u>COMUNICADO CAF-G - 17, DE 24-9-2018</u> Divulga a quota-parte municipal do ICMS e do Fundo de Exportação dos recursos previstos no artigo 159, II da Constituição Federal, do mês de agosto de 2018

	COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA (CAT) SUPLEMENTO - FAZENDA COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA <u>NOTIFICAÇÃO</u> Os contribuintes ou responsáveis identificados no suplemento ficam notificados do lançamento de ofício do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, pela falta de pagamento do imposto devido referente(s) ao(s) veículo(s) e exercício(s) discriminado(s), nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/08.
Meio Ambiente (SMA)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SMA - 118, DE 20-09-2018</u> Aprova o Plano de Manejo do Monumento Natural Estadual da Pedra Grande, Unidade de Conservação da Natureza de Proteção Integral, criada pelo Decreto Estadual 55.662, de 30-03-2010, e dispõe sobre o seu regulamento <u>RESOLUÇÃO SMA - 124, DE 26-9-2018</u> Constitui o Comitê de Integração do Uso Público, com o objetivo de estabelecer diretrizes e procedimentos para o desenvolvimento do uso público de parques urbanos e unidades de conservação, administrados pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e suas entidades vinculadas, e dá outras providências <u>RESOLUÇÃO SMA – 123, DE 25-9-2018</u> Dispõe sobre a instituição do Plano Estadual de Ações Preventivas em Fiscalização Ambiental e do Comitê Gestor para sua execução, gestão e coordenação, e dá outras providências
Planejamento e Gestão (SPG)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SPG-49, DE 27-9-2018</u> Antecipa o encerramento da designação dos servidores de que trata a Resolução SPG 50, de 23-10-2017 Artigo 1º - O encerramento da designação dos servidores, Especialistas em Políticas Públicas, prevista no artigo 1º da Resolução SPG 50, de 23-10-2017, para exercício de suas atribuições junto à Superintendência da Polícia Técnico-Científica, fica antecipado para 10-09-2018. <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA SDECTI/SPG - 2, DE 6-9-2018</u> Dispõe sobre conjugação de esforços entre a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação - SDECTI e a Secretaria de Planejamento e Gestão - SPG para o desenvolvimento de Programas de qualificação
Procuradoria Geral do Estado (PGE)	GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO (GPG) <u>RESOLUÇÃO PGE - 36, DE 28-9-2018</u> Dispõe sobre a competência para análise dos atos previstos no artigo 3º do Decreto 61.981, de 20-05-2016 (*) <i>(*) Dispõe sobre a aplicação, no âmbito da Administração direta e autárquica, da Lei federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias com organizações da sociedade civil.</i>

Saúde (SS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS - 68, DE 25-9-2018</u> Dispõe sobre o Calendário de Vacinação para o Programa Estadual de Imunização do Estado de São Paulo”, e dá outras providências
Transportes Metropolitanos (STM)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO STM-77, DE 27-9-2018</u> Cria o Bilhete F-45 para compra do direito de passagem no CPTM Airport Express
Publicação DOE - Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
29/09/2018	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 615, DE 2018</u> Mensagem A-nº 164/2018, do Senhor Governador do Estado Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2019. DOE, Legislativo, 29/09/2018, p. 1 TRIBUNAL DE CONTAS (TCE) COMUNICADOS COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL COMUNICADO SDG nº 30/2018 (REPUBLICADO*) O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo em Sessão do Tribunal Pleno do último dia 19, ao apreciar as consultas formuladas nos processos TC-282/017/16 e TC-71/015/17, que tratavam da contabilização dos ganhos com aplicações financeiras dos regimes próprios de previdência, decidiu, por votação unânime, que “O Instituto de Regime Próprio de Previdência fará o registro contábil dos ganhos e perdas havidos com investimentos no mercado, inicialmente e enquanto não houver o resgate, apenas no plano patrimonial, como Variação Patrimonial, ativa e passiva, e, só quando houver o efetivo resgate da aplicação é que o registro será feito no plano orçamentário”. Decidiu, também, que os efeitos desse entendimento serão avaliados nos correspondentes processos de contas anuais. SDG, 28 de setembro de 2018. SÉRGIO CIQUERA ROSSI SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL (*) Republicado por ter saído com incorreção no DOE de 22.09.2018. DOE, Legislativo, 29/09/2018, p. 8
28/09/2018	PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 52, DE 2018</u> Mensagem A-nº 163/2018 do Senhor Governador do Estado (...) Transforma o Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSPE em autarquia de regime especial e dá providências correlatas (...) DOE, Legislativo, 28/09/2018, p. 1

	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 614, DE 2018</u> Proíbe a captura, o embarque, o transporte, a comercialização e o processamento do peixe da espécie Cichla piquiti, o Tucunaré Azul, e do peixe da espécie Cichla kelberi, o Tucunaré Amarelo, e dá outras providências. DOE, Legislativo, 28/09/2018, p. 7
27/09/2018	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 612, DE 2018</u> Altera o Decreto-Lei nº 257, de 29 de maio de 1970, criando o Conselho Deliberativo Paritário do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (IAMSPE). DOE, Legislativo, 27/09/2018, p. 1
26/09/2018	PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 51, DE 2018</u> Inclui novo parágrafo ao artigo 243 da Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, e dá outras providências. DOE, Legislativo, 26/09/2018, p. 1 PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 611, DE 2018</u> Altera dispositivo da Lei nº 10.858, de 31 de agosto de 2001, alterada pela Lei nº 14.729, de 30 de março de 2012, que institui a meia-entrada para professores da rede pública estadual de ensino em estabelecimentos que proporcionem lazer e entretenimento. DOE, Legislativo, 26/09/2018, p. 1 TRIBUNAL DE CONTAS (TCE) COMUNICADOS COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL <u>COMUNICADO SDG Nº 029/2018</u> A Secretaria-Diretoria Geral do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo COMUNICA que as dependências da fiscalização, em atenção ao princípio constitucional da transparência e da legislação em vigor, estão orientadas a visitarem, periodicamente, as páginas eletrônicas de todos os Poderes, Órgãos e Entidades do Terceiro Setor, sujeitas às respectivas jurisdições, fazendo constar dos correspondentes relatórios eventuais descumprimentos às referidas normas. SDG, 12 de setembro de 2018. SÉRGIO CIQUERA ROSSI SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL DOE, Legislativo, 26/09/2018, p. 8
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

29/09/2018	<u>DECRETO Nº 58.440, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018</u> Dispõe sobre a reorganização dos Conselhos dos Fundos Municipais que especifica e introduz alterações nos Decretos nº 43.135, de 25 de abril de 2003, nº 49.399, de 11 de abril de 2008, nº 50.554, de 7 de abril de 2009, e nº 57.547, de 19 de dezembro de 2016.
28/09/2018	<u>LEI Nº 16.985, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018</u> (PROJETO DE LEI Nº 246/18, DO EXECUTIVO) Autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito para financiar a execução de projetos de investimento nas áreas de mobilidade e segurança urbana.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Silvio Tadeu Brígido
sbrigido@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

(11) 2193-8107 e 2193-8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor solicitar cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107